

Questões de Legislação Interna, parte III

01) No dia 12/08, prazo final para interposição de recurso em processo que tramita no eproc, o administrador do sistema certificou as seguintes indisponibilidades: (a) 10h10–10h40 (30 min); (b) 12h35–13h05 (30 min); (c) 22h15–22h55 (40 min); (d) 23h12–23h19 (7 min). O advogado peticionou às 9h do dia útil seguinte. À luz da Resolução TJSP nº 963/2025, conclui-se que:

- A) O prazo não foi prorrogado, pois a soma entre 12h e 23h não superou 60 minutos.
- B) O prazo foi prorrogado apenas porque houve soma superior a 60 minutos entre 12h e 23h.
- C) O prazo foi prorrogado porque houve ao menos um período de indisponibilidade entre 23h01 e 00h00.
- D) O prazo foi prorrogado porque houve indisponibilidade em período da manhã (00h01–11h59).
- E) O prazo não foi prorrogado, pois todas as indisponibilidades foram inferiores a 60 minutos.

02) Durante a convivência entre o eproc e o sistema legado, uma parte protocolou, por engano, embargos de declaração no eproc em processo que ainda tramita inteiramente no legado. Considerando a disciplina da Resolução TJSP nº 963/2025:

- A) O ato produz efeitos se o juiz reconhecer a boa-fé do peticionante.
- B) O ato produz efeitos porque o eproc é o sistema prioritário do TJSP.
- C) O ato não produz efeitos, pois é ônus do peticionante escolher o sistema correto.
- D) O ato produz efeitos desde que regularizado em 5 dias.
- E) O ato produz efeitos apenas se a peça foi assinada com certificado digital ICP-Brasil.

03) Servidor A foi removido da Vara X às 10h de 03/09. Às 22h de 04/09, ainda conseguia acessar processos sigilosos da Vara X pelo eproc. Segundo a Resolução nº 963/2025, quanto à gestão de acessos:

- A) Não há irregularidade, pois o prazo para encerramento do acesso é de 72 horas.
- B) Há irregularidade: o gestor do sistema deveria encerrar o acesso em até 24 horas após o término do vínculo.
- C) Não há irregularidade se o servidor mantiver sigilo.

D) O acesso só deve ser encerrado após publicação no DJE da remoção.

E) A SGS é quem encerra qualquer acesso, independentemente da unidade.

04) Em ação civil pública, a Procuradoria do Estado, regularmente cadastrada no eproc, foi intimada por publicação no DJe, sem remessa ao seu painel institucional. A unidade considerou válida a intimação. À luz das Normas da CGJ e da disciplina de comunicações no eproc:

A) A intimação é válida, pois o DJe supre o painel institucional.

B) A intimação é inválida, pois a Procuradoria tem intimação pessoal pelo painel institucional.

C) A intimação é válida, desde que esteja com o nome do Procurador na publicação.

D) A intimação é válida apenas se houver ciência por e-mail institucional.

E) A intimação é válida porque a intimação pessoal no painel só vale para o MP e a DP.

05) Para dar celeridade, uma secretaria lançou manualmente movimento de 'publicação' e juntou um PDF com a certidão, sem utilizar o evento próprio de publicação do eproc. Diante das regras de rastreabilidade e fluxo:

A) A prática é válida, pois o importante é constar um PDF assinado.

B) A prática é válida, desde que a certidão detalhe a hora e o servidor.

C) A prática é irregular: a publicação deve ser feita pelo evento próprio do sistema (trilha de auditoria).

D) É válida se houver despacho autorizando o atalho por motivo de urgência.

E) É válida porque a assinatura digital do PDF substitui qualquer evento.

06) Em correição, constatou-se que a unidade levava, como regra, 6 dias úteis para expedir mandados/ofícios, 10 dias para juntar petições e não certificava cumprimento de liminar. De acordo com o Tomo I das Normas da CGJ, é correto afirmar que:

A) Todos os prazos estão corretos, pois a CGJ não fixa parâmetros.

B) A juntada de petições deve ocorrer em até 48 horas; expedições em até 5 dias (salvo urgência); e cumprir liminar deve ser certificado em 24 horas.

C) A juntada de petições pode ser feita em 10 dias; expedições em 6 dias; certificações não são obrigatórias.

D) A CGJ só fixa prazo para juntada; expedições não têm parâmetro.

E) Os prazos correccionais aplicam-se apenas às varas criminais.